



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

---

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA**

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA**

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 97ª  
(NONAGÉSIMA SÉTIMA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,**

**DE 4 DE NOVEMBRO DE 2008.**



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   11   2008	15h50	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA)** – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Batista das Cooperativas a secretariar os trabalhos da Mesa.

Peço aos Srs. e Sras. Deputados presentes na Casa do povo que se desloquem até o plenário para que possamos iniciar nossa sessão imediatamente.

Quero consultar todos os Parlamentares e Líderes sobre a possibilidade de abirmos mão da falação, do Comunicado de Líderes, do Comunicado de Parlamentares e também da apreciação dos vetos para passarmos à apreciação das matérias.

Não havendo nenhuma oposição, após a leitura das matérias, faremos a chamada dos Parlamentares para a votação.

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas.

**DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.)** – Muito obrigado, Presidente. Cumprimento os Parlamentares aqui presentes, os amigos da galeria que nos prestigiam no dia de hoje e também as pessoas da imprensa.

**PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA)** – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

**PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA)** – O Expediente lido vai à publicação. (Expediente publicado no DCL nº 203, de 10/11/2008, juntamente com a ata sucinta da 97ª Sessão Ordinária.)

**PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA)** – Dá-se início aos Comunicados da Mesa.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

**DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS** – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

**PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA)** – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 96ª Sessão Ordinária;
- Ata da 31ª Sessão Extraordinária.

**DEPUTADO CABO PATRÍCIO** – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   11   2008	15h50	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a Inversão de pauta – já há um acordo de Líderes – para votarmos primeiramente o item nº 16, Projeto de Lei Complementar nº 95, de 2008, referente aos lotes e becos de Brazlândia. Os moradores de Brazlândia estão aí. Já são lotes ocupados.

O Deputado Leonardo Prudente solicitou a inclusão desse projeto na Ordem do Dia de hoje e a retirada, inclusive, da emenda da bancada do Partido dos Trabalhadores que prevê a questão da habitação de interesse social para esse Projeto de Lei Complementar nº 95, de 2008.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Da nossa parte e da parte da Mesa Diretora, não há óbice. Portanto, acato a questão de ordem de V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o nosso Líder e o Líder do Partido dos Trabalhadores já fizeram uma relação de projetos a serem votados hoje. Mas eu vou reafirmar aquilo que a gente disse: temos que votar imediatamente, em segundo turno, o projeto que transforma os Condomínios Pôr-do-Sol e Sol Nascente. São áreas de interesse social. O povo não agüenta mais o que está acontecendo naquele local – falta energia elétrica, falta conserto das estradas, falta tudo.

O Deputado Brunelli, na semana passada, colocou em votação o projeto em primeiro turno. Estou aqui representando, tenho certeza, a vontade de S.Exa. e de todos os Parlamentares.

Não se pode colocar naquele local um transformador, porque depende da aprovação desta lei. Tenho certeza de que o "bilíder" também fará a mesma solicitação.

(Assume a Presidência Deputado Alírio Neto.)

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria só de reafirmar a questão de ordem do Deputado Milton Barbosa. Hoje, pela manhã, estive no Sol Nascente e vi toda a dificuldade daquela comunidade.

Acho que a Câmara Legislativa, que tem desenvolvido várias ações em prol da comunidade do Distrito Federal – e não poderia ser diferente –, pode, na tarde de

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
04	11	2008	15h50	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

hoje, colocar esse projeto em votação, se possível entre os primeiros itens de votação.

Portanto, eu concordo com tudo o que o Deputado Milton Barbosa falou.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputados Batista das Cooperativas e Milton Barbosa, se o nosso “bilíder” concordar, o projeto será o primeiro item da pauta.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – V.Exa. tem a nossa concordância. O Item nº 16, encaminhado pelo Deputado Cabo Patrício, se refere aos lotes e becos de Brazlândia.

Fiz o pedido a V.Exa., Deputado Alírio Neto, que prontamente incluiu o projeto na pauta do dia. Hoje, estamos recebendo os amigos, a comunidade de Brazlândia, acompanhados do Administrador da cidade. Votaremos primeiramente o item nº 16 da pauta; em seguida, o item nº 25, que trata dos Condomínios Pôr-do-Sol e Sol Nascente; depois, o item nº 24; os Itens nºs 19 a 22, que referem-se aos créditos suplementares; e os itens nºs 7 e 5, em segundo turno, se for possível.

Naturalmente, já há acordo para apreciação dos itens nºs 16, 24, 25 e os créditos suplementares. Quanto aos demais, vamos construindo ao longo da sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Acato a questão de ordem de V.Exa.

Solicito ao Sr. Secretário que faça a leitura do Item nº 16.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Antes, porém, Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. solicitasse a chamada nominal dos Srs. e Sras. Deputados, pois, por se tratar de um Projeto de Lei Complementar, são necessários 13 votos favoráveis para que seja aprovado. Portanto, não podemos correr esse risco, pela relevância das pessoas que estão aqui hoje nos aguardando.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência acata a questão de ordem de V.Exa.

Parabenizo a comunidade de Brazlândia que está aqui acompanhando a votação. Sejam bem-vindos à nossa Casa.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede à verificação de *quorum*.)



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS**  
**5ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2007/2010**

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X		
BENÍCIO TAVARES - PMDB		X	
BERINALDO PONTES - PP		X	
BISPO RENATO - PR	X		
BRUNELLI - DEM		X	
CABO PATRÍCIO - PT	X		
CHICO LEITE - PT		X	
CRISTIANO ARAÚJO - PTB		X	
DOUTOR CHARLES - PTB		X	
ÉRIKA KOKAY - PT	X		
EURIDES BRITO - PMDB	X		
GERALDO NAVES - DEM	X		
JAQUELINE RORIZ - PSDB		X	
LEONARDO PRUDENTE - DEM	X		
MILTON BARBOSA - PSDB	X		
PAULO TADEU - PT		X	
PEDRO DO OVO - PMN	X		
RAAD MASSOUH - DEM		X	
RAIMUNDO RIBEIRO - PSL		X	
REGUFFE - PDT	X		
ROBERTO LUCENA - PMDB		X	
ROGÉRIO ULYSSES - PSB	X		
WILSON LIMA - PR	X		
ALÍRIO NETO - PPS	X		
TOTAL	13	11	

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>
	<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	
04   11   2008	15h50	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 4

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Estão presentes 13 Parlamentares, havendo, portanto, *quorum* regimental.

Temos número suficiente para votar o projeto, o *quorum* é de 13 Parlamentares. Mas há um risco: se houver um voto contrário, teremos problemas na aprovação do projeto.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Reguffe está fazendo uma reflexão. Sugiro a V.Exa. que votemos o item nº 25, que é o...

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Trata-se também de um Projeto de Lei Complementar.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Mas já está acordado.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Item nº 25:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 81, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "cria o Setor Habitacional Sol Nascente e a Área de Regularização de Interesse Social – ARIS Pôr-do-Sol na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX e estabelece parâmetros para aprovação de projetos de urbanismo".

Informo que a matéria tem parecer favorável da CAF. Portanto, solicito aos Relatores da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT e da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ que se manifestem sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Batista das Cooperativas, que emita o parecer da CDESCTMAT sobre a matéria.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:

6  
4-1

**PARECER Nº                   , DE 2008**

**Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO sobre o PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 81, de 2008, que "cria o Setor Habitacional Sol Nascente e a Área de Regularização de Interesse Social – ARIS Pôr do Sol na Região Administrativa de Cellândia – RA-IX e estabelece parâmetros para aprovação de projetos de urbanismo".**

**AUTOR: Poder Executivo**

**RELATOR: Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS**

**I – RELATÓRIO**

À Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo foi distribuído o Projeto de Lei Complementar n. 81, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação do Setor Habitacional Sol Nascente e da Área de Regularização de Interesse Social – ARIS Pôr do Sol, na Região Administrativa de Cellândia.

O PLC define que o Setor Habitacional Sol Nascente é constituído pela Área de Regularização de Interesse Social – ARIS Sol Nascente - e por uma área de preservação permanente, onde será criada uma unidade de conservação ou um parque. Tal Setor Habitacional localiza-se, em parte, na Zona Urbana de Dinamização e, em parte, na Zona Rural de Uso Diversificado, conforme estabelecido pela Lei Complementar n. 17, de 28 de janeiro de 1997, que instituiu o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT. Já a ARIS Pôr do Sol, criada no local do assentamento de mesmo nome, localiza-se na Zona Urbana de Dinamização.

O art. 5º da proposição declara as ARIS Sol Nascente e Pôr do Sol como Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS. O art. 6º define os seguintes parâmetros urbanísticos para as duas ARIS: densidade bruta máxima de 150 habitantes por hectare; percentual de área pública destinada a espaços livres e de uso público e para equipamentos comunitários e coletivos fixado em 15% da área total das ARIS; área mínima para os lotes residenciais de 88m<sup>2</sup>; usos permitidos; coeficiente de aproveitamento dos lotes.

O PLC determina que o Governo do Distrito Federal deverá adotar as providências necessárias para a regularização fundiária do Setor Habitacional Sol Nascente e da ARIS Pôr do Sol, visando que cumpram a função social da propriedade. Estabelece, também, que será implantada infra-estrutura básica em ambas as áreas, constituída por, no mínimo, vias de circulação, sistema de escoamento das águas pluviais, rede de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e energia elétrica domiciliar.

Por fim, o art. 9º da proposição define que os projetos urbanísticos dos parcelamentos deverão respeitar as restrições físico-ambientais e as medidas mitigadoras recomendadas no Estudo Ambiental, que é parte do licenciamento ambiental do empreendimento. Seguem-se as cláusulas de vigência e revogação.

O PLC n. 81/2008 recebeu parecer favorável da Comissão de Assuntos Fundiários. No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei Complementar n. 81, de 2008.

É o Relatório.

## **II – VOTO DO RELATOR**

Nos termos do art. 69-B, inciso I, alínea j, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, compete à Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo analisar proposições referentes à proteção do meio ambiente.

O surgimento de parcelamentos urbanos de baixa renda provoca impactos ambientais, principalmente em decorrência da falta de planejamento e da carência de sistemas de esgotamento sanitário e drenagem de águas pluviais. A falta de esgotamento sanitário provoca poluição hídrica, além de potencializar a disseminação de doenças na população. A falta de drenagem de águas pluviais provoca erosões, que podem inclusive causar deslizamentos e desabamentos. Os condomínios de baixa renda Pôr do Sol e Sol Nascente cresceram rapidamente sem planejamento urbano; em oito anos de existência, ambos atingiram 82 mil habitantes. Nesse contexto, diante de tamanha expansão, é impossível reverter a ocupação desses locais. É preciso, portanto, oferecer os serviços públicos necessários à segurança, educação, transporte, etc., da população residente. Para o meio ambiente, são particularmente importantes os serviços de esgotamento sanitário, fornecimento de água tratada e drenagem de águas pluviais.

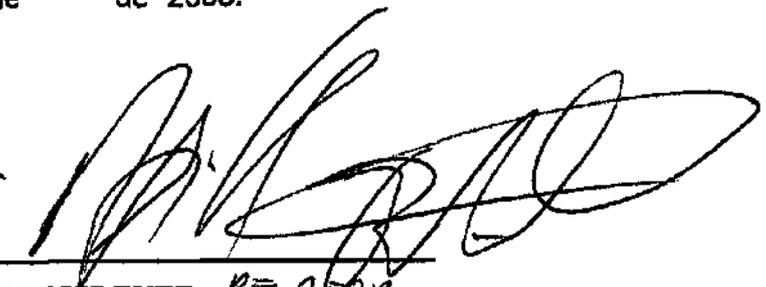
Cabe ressaltar, contudo, que o condomínio Pôr do Sol localiza-se ao lado da Área de Relevante Interesse Ecológico Parque Juscelino Kubitschek, precisamente no interior de sua zona de amortecimento. É preciso, portanto, controlar o crescimento e o adensamento do condomínio, para que não cause danos ambientais à ARIE JK; do mesmo modo, a implantação do esgotamento sanitário e da drenagem de águas pluviais é crucial para garantir a integridade ambiental da ARIE JK.

No Setor Habitacional Sol Nascente, delicada questão ambiental refere-se à criação de lotes para habitação em áreas frágeis, com alta susceptibilidade para formação de erosões e voçorocas, e sujeitas a deslizamentos. Com efeito, em 1986, um deslizamento nessa área (onde havia uma grande voçoroca) deixou 56 famílias desabrigadas. A formação da voçoroca se deu em virtude da inexistência de sistema de drenagem de águas pluviais. Portanto, o ideal seria que não fossem criados lotes em áreas vulneráveis, principalmente nessas onde ocorreu o deslizamento em 1986. O Anexo I do PLC n. 81/2008 traz a poligonal do Setor Habitacional Sol Nascente. Nela, observa-se que houve o cuidado de manter sem ocupação as Áreas de Preservação Permanente localizadas próximas aos corpos d'água. Todavia, está prevista ocupação na área que sofreu o deslizamento (localizada no polígono delimitado pelos pontos 36, 37, 38 e 39 da poligonal apresentada no Anexo I). É fundamental que grande atenção seja dada a essa área, a fim de impedir danos ambientais no futuro. Também é fundamental implantar o sistema de drenagem de águas pluviais, para evitar novos deslizamentos.

As medidas propostas pelo PLC em pauta podem gerar alguns problemas ambientais, relacionados à localização da ARIS Pôr do Sol, na zona de amortecimento da ARIE JK, e à criação de lotes em áreas frágeis, sujeitas a deslizamentos, no Setor Habitacional Sol Nascente. Apesar disso, considerando a irreversibilidade da ocupação dessas áreas e a precariedade em que vivem seus habitantes, concluímos que a criação do Setor Habitacional Sol Nascente e da ARIS Pôr do Sol trará uma série de benefícios para a população e para o meio ambiente, principalmente por viabilizar a implantação dos serviços urbanos essenciais.

Portanto, manifestamos voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Complementar n. 81/2008, no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo.

Sala das Comissões, em            de            de 2008.

Deputado   
**PRESIDENTE** *RELATOR*

**Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS**  
**RELATOR**



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   11   2008	15h50	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A Presidência solicita à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Eurides Brito, que designe Relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da CCJ sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 81, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “cria o Setor Habitacional Sol Nascente e a Área de Regularização de Interesse Social – ARIS Pôr-do-Sol na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX e estabelece parâmetros para aprovação de projetos de urbanismo”.

Trata-se de mensagem do Poder Executivo, na qual o Governador do Distrito Federal explica que tudo isso que se deseja fazer corresponde à área ocupada pelo assentamento urbano informal denominado Parque Sol Nascente, considerado Área de Regularização de Interesse Social – ARIS, e pela área de preservação permanente que comporá o Parque Urbano Sol Nascente, a ser instituído pelo Poder Executivo. Refere-se, ainda, à criação da Área de Regularização de Interesse Social. Tanto o Setor Habitacional Sol Nascente, diz o Governador, quanto a ARIS Pôr-do-Sol são definidas como Zona Especial de Interesse Social. Trata-se de habitação para população de baixa renda, amparada pela Constituição Federal, que, ao tratar de política urbana, enfatiza a função social da cidade e da propriedade, com a necessidade de garantia, pelo Poder Público local, do bem-estar de seus habitantes e da melhoria da qualidade de vida. Todo o encaminhamento está bem justificado. O Projeto de Lei Complementar vai contemplar, prioritariamente, os aspectos descritos a seguir, tais como urbanização, implantação de infra-estrutura básica, garantia de titulação aos atuais ocupantes que atendam aos critérios estabelecidos pela política habitacional do Distrito Federal.

Assim sendo, Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, nosso parecer é pela admissibilidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   11   2008	15h50	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



**REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO**

**VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO**

REDAÇÃO FINAL EM 1 / /2008

- PARECER  ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)  
 CCJ  CEOP  CAS  CDDHCEDP  CAF  CDC  CES  CSEG  CDESCMAT  M.DIR.  COM.ESP.  
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 81/08  
 PROJETO DE LEI Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 RECURSO Nº (S) \_\_\_\_\_  
 REQUERIMENTO Nº (S) \_\_\_\_\_  
 OUTROS \_\_\_\_\_  
 VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): \_\_\_\_\_

Executivo

Relator: Deputado(a): \_\_\_\_\_

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	/				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	/				
	BERINALDO PONTES	PP				+	
	BISPO RENATO	PR	/				
	BRUNELLI	DEM	/				
	CABO PATRÍCIO	PT	/				
	CHICO LEITE	PT				+	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	/				
	DOUTOR CHARLES	PTB				+	
	ÉRIKA KOKAY	PT	/				
	EURIDES BRITO	PMDB	/				
	GERALDO NAVES	DEM	/				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB				+	
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	/				
	MILTON BARBOSA	PSDB	/				
	PAULO TADEU	PT				+	
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	/				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROBERTO LUCENA	PMDB	/				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	<b>TOTAL</b>	---	19			5	

\*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASS/ \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

FOLHA Nº \_\_\_\_\_



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   11   2008	15h50	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que seja incluído na pauta o Projeto de Lei nº 933, de 2008, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas concessionárias e permissionárias de serviços de cemitério e serviços funerários, respectivamente, fornecerem suas tabelas de preços a partir do menor custo total para o sepultamento e dá outras providências”, da CPI dos Cemitérios, para que possamos apreciá-lo em primeiro turno ainda hoje, se possível.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência acata a solicitação do Deputado Rogério Ulysses e solicita à Assessoria que providencie a cópia do referido projeto.

Item nº 16:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 95, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a desafetação e a ocupação dos espaços intersticiais das quadras residenciais de Brasília – RA IV e dá outras providências”.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que as duas emendas de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores sejam retiradas do Projeto de Lei Complementar nº 95, de 2008.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência acata a solicitação do Deputado Cabo Patrício. Permanece apenas uma emenda, o substitutivo, sobre o qual a CCJ e a CAF deverão se manifestar.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Eurides Brito, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria e ao substitutivo apresentado a ela.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   11   2008	15h50	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 95, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a desafetação e a ocupação dos espaços intersticiais das quadras residenciais de Brazlândia – RA IV e dá outras providências”.

Verificamos que a população de Brazlândia está presente, acompanhando a apreciação desta matéria. Trata-se de uma mensagem do Poder Executivo, encaminhada a esta Casa pelo Sr. Governador, que submete à nossa deliberação o projeto de lei complementar que regulamenta a ocupação de áreas localizadas em Brazlândia.

Havia uma lei distrital, a Lei nº 1.622, de 1º de setembro de 1997, que desafetava áreas que especifica para uso residencial de policiais civis e militares e bombeiros militares do Distrito Federal e que foi impugnada por Ação Direta de Inconstitucionalidade, por vício de iniciativa e por falta de comprovação de interesse público.

Por outro lado, o artigo 56 da Lei Orgânica do Distrito Federal, com redação modificada pela Emenda nº 49, de 2007, dispõe que o GDF pode encaminhar, precedido de participação popular, Projeto de Lei Complementar que estabeleça o uso e a ocupação de solo ainda não fixado para determinadas áreas. É o que fez o Governador.

O Governo do Distrito Federal fez as audiências públicas, que regularmente foram realizadas nos dias 10, 13 e 17 de fevereiro de 1998, na Administração Regional de Brazlândia, conforme documentos referentes a elas. Após a sua realização, as áreas intersticiais existentes nos Setores Norte, Sul e Vila São José foram alvo de análise nessas audiências públicas.

Assim, o Governo apresenta à consideração desta Casa o presente projeto de lei que contempla prioritariamente os aspectos que descreve.

Aqui na Casa, a Emenda nº 3 apresenta um substitutivo ao Projeto de Lei Complementar em que assegura que ficam desafetadas as áreas intersticiais das quadras residenciais daquela região. Para fins desta Lei Complementar, ele descreve quais são essas áreas. O substitutivo também dispõe que os espaços entre os conjuntos das quadras residenciais de Brazlândia integram o Programa Habitacional do Distrito Federal para atendimento preferencial aos integrantes da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e da Polícia Civil e estabelece a observância dos estudos técnicos já realizados pelo Governo local no que diz respeito às taxas de ocupação de área.

Assim, nós somos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 95, de 2008, que veio com a Mensagem nº 270, nos termos do substitutivo que ora aqui analisamos e que mantém no seu mérito a ideia de uma antiga lei declarada inconstitucional, que é o aproveitamento melhor de espaços naquela cidade nas áreas já aqui arroladas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   11   2008	15h50	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Portanto, Sr. Presidente, não poderíamos chegar à conclusão diferente do que a da admissibilidade do referido projeto nos termos do substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, Deputado Benício Tavares, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES – Sr. Presidente, designo o Deputado Leonardo Prudente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Solicito ao Relator, Deputado Leonardo Prudente, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei Complementar nº 95, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a desafetação e a ocupação dos espaços Intersticiais das quadras residenciais de Brazlândia – RA IV e dá outras providências".

No âmbito desta Comissão, somos pela sua admissibilidade; portanto, pela sua aprovação na forma do substitutivo apresentado por este Relator.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da CAF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão o projeto em primeiro turno.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer alguns registros. Eu votei contrário ao projeto no caso do Gama, Taguatinga e Ceilândia. Reconheço que o caso de Brazlândia é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   11   2008	15h50	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

diferente dessas outras três cidades. Inclusive votei favorável ao parecer das comissões, até para que a votação ocorresse hoje e fosse dada uma solução.

Conforme já me posicionei nesta Casa – até por uma questão de coerência – com relação à desafetação de áreas, eu penso que a população tem que ser ouvida. Deveria ser feito um plebiscito ou um referendo para que a população pudesse emitir a sua opinião e referendar a decisão desta Casa.

Então, por isso apenas, a minha posição é contrária. Houve, realmente, audiências públicas, mas eu defendo um instrumento maior como um plebiscito ou um referendo.

Por isso a minha posição contrária, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria colocar, com relação ao Projeto de Lei Complementar nº 95, que existe um acordo com o Governo. O Deputado Leonardo Prudente, inclusive, foi Relator pela Comissão de Assuntos Fundiários.

Esse projeto foi construído em consenso com o Governo do Distrito Federal. Nada mais é do que se fazer justiça, até porque os policiais e bombeiros militares já ocupam os lotes, já edificaram suas residências há mais de 11 anos. Houve audiência pública na cidade de Brazlândia. Foi um consenso, na época do governo do PT, quando foram formadas cooperativas e todos eles foram selecionados. Hoje, eles já estão residindo lá. Trata-se apenas de uma questão de justiça, o que é diferente da questão dos lotes do Gama, da Ceilândia e de Taguatinga.

Eu quero fazer uma ressalva aqui. Todos os Parlamentares... E aí o Deputado Reguffe diz que a população tem que ser consultada. Eu concordo com isso, só que a população já foi consultada em audiência pública. Na democracia, quando se é convocado, quem não comparece delega a quem compareceu o poder de decisão. Isso ocorreu em Brazlândia, como nas demais cidades.

Diferente das demais cidades, Brazlândia não apresenta nenhum problema. Os companheiros que estão aqui na galeria já estão em situação pacífica, resolvida e consolidada. Trata-se apenas de uma questão de justiça.

Quanto à questão do Gama, eu quero aproveitar para colocar que existe uma série de pessoas nas Quadras mais nobres da cidade, 21, 22, 23, 24 e 25, Deputado Wilson Lima, que estão questionando a ocupação pelos policiais e bombeiros militares. Ontem, eu fiz questão de rodar todas essas quadras, ir de beco em beco. Chama-se de becos, Deputado Alírio Neto, mas não são. Na verdade, são áreas intersticiais, são áreas que eram públicas e que hoje pertencem ao patrimônio privado porque foram entregues a um cidadão contemplado pelo programa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   11   2008	15h50	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

habitacional de interesse social do Governo do Distrito Federal. Do Governo do Distrito Federal!

Agora, as pessoas que questionam, porque avançaram sua casa ou seu imóvel a 3, 4, 5 metros, esquecem um pequeno detalhe: elas invadiram área pública, o que é irregular e ilegal. Ilegal! Para os que pagavam taxa de ocupação a lei é clara: até que o Estado tivesse uma destinação para essas áreas.

Então, essas áreas intersticiais, hoje, têm destinação. São habitações de policiais e bombeiros militares inscritos legalmente na CODHAB, que é o órgão habitacional do Governo do Distrito Federal. Elas têm pontuação e são habitações de interesse social.

Por isso, as pessoas que questionam... Brazlândia, hoje, tendo aprovado o PLC nº 95, servirá de exemplo – porque os policiais e bombeiros já ocupam, já estão morando, já é um fato consolidado – para que no Gama, em Cellândia e em Taguatinga, ninguém venha questionar. É um programa de política habitacional. É um programa que vai gerar segurança para a comunidade e é um programa legal que garante moradia a profissionais que dão a vida à sociedade de Brasília. Nada mais justo do que o Governo do Distrito Federal conceder também a esses profissionais o direito à moradia, que é um direito soberano. É uma questão de justiça, garantido, inclusive, na Constituição Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero primeiro dizer que Brazlândia está em festa, não apenas por esse projeto. Essa luta começou com uma audiência pública, há 10 anos, e hoje, efetivamente, por decisão do Governador Arruda, o projeto veio à Câmara Legislativa do Distrito Federal e nós estamos aprovando-o. Esse projeto foi melhorado nesta Casa. É importante dizer para os nossos amigos, para o Administrador da cidade, também, Nego Pirenópolis, que hoje nos honra com a sua presença, que o projeto não dava nenhuma sinalização de garantia para que os atuais ocupantes fossem os contemplados no processo. E nós colocamos a emenda, Deputado Wilson Lima, dizendo que deverá ser observado todo o conteúdo do processo existente de regularização pela SEDUMA e também pela Procuradoria do Distrito Federal, o que vai, efetivamente, dar um maior conforto aos senhores na questão da legitimidade para manter os seus imóveis.

Outro quesito que o projeto também visava corrigir era a questão do gabarito da avenida comercial. Todos os comércios, quase todos os comércios da avenida principal de Brazlândia têm três pavimentos, e o projeto original, equivocadamente,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   11   2008	15h50	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

veio com dois pavimentos. Assim, com anuência do próprio Governo, nós corrigimos o terceiro pavimento da cidade da avenida comercial de Brazlândia.

O projeto, portanto, é de grande envergadura, porque não só resolve o problema dos becos, mas também resolve o problema das áreas comerciais da cidade.

Era isso que eu tinha a esclarecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu fiz questão de discutir, porque acho que o mérito desse projeto está no fato de valorizarmos a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. Dificilmente, esses profissionais são reconhecidos do ponto de vista da segurança da sua habitação, da mesma forma que os professores do Distrito Federal, que ainda não foram contemplados com o programa de habitação.

Então, esse projeto conta com o meu apoio, e é um projeto meritório, por trazer segurança e justiça aos bombeiros e aos policiais militares. Parabéns!

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero fazer das palavras do Deputado Cabo Patrício as minhas palavras. Acompanhamos e estamos dando os parabéns ao pessoal de Brazlândia, a todos que estão aqui, aos policiais e bombeiros militares do Distrito Federal. Meus parabéns ao Administrador de Brazlândia.

Quero, enfim, dizer aqui que, de tudo que o Deputado Cabo Patrício falou, há uma questão que é o símbolo dessa luta: a justiça que está sendo feita. Sendo assim, quero parabenizar desde o Governo a todos aqueles que lutaram pela Polícia Militar em todas as cidades do Distrito Federal. E Brazlândia está de parabéns!

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria mandar um abraço ao pessoal de Brazlândia, na pessoa do seu Administrador, e dizer que esse é um avanço não só no sentido de atender à categoria do policial militar e dos bombeiros, mas também da avenida comercial de Brazlândia.

Eu entendo, Sr. Presidente, que a Lei Orgânica do Distrito Federal já prevê a anuência da comunidade através da audiência pública prévia para se votar esse projeto. Então, evidentemente, a consulta é feita por meio da audiência pública e não poderia concordar com um referendo ou um plebiscito, como o nobre colega



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   11   2008	15h50	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Deputado Reguffe falou. Essa aquiescência da comunidade é feita por intermédio da audiência pública, inclusive prevista na nossa Lei Orgânica do Distrito Federal.

Portanto, parabéns à comunidade! Sou a favor do projeto, e Brasília ganha com essa medida que o Governador Arruda encaminha à Casa.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria, também, solidarizar-me com os moradores de Brasília e com o nosso Administrador Nego Pirenópolis. Parabéns! É um direito de todos os militares um lugar para morar. É um direito de qualquer cidadão deste País poder morar, e morar bem. Portanto, parabéns a todos vocês! É com muita satisfação que eu dou esse depoimento e falo dessa questão, como as pessoas que trabalham na saúde também precisam lutar para morar bem. Enfim, todas as pessoas.

Eu queria lembrar uma coisa, Sr. Presidente: a nossa tristeza com a situação da saúde no Distrito Federal. O *Jornal de Brasília*, por 2 ou 3 dias, tem noticiado que o Hospital de Planaltina não funciona. As pessoas estão indo lá e não estão sendo atendidas, estão ficando até 8h à mercê de tudo que é ruim. Não conseguem atendimento. Saúde não pode ser desse jeito. São as vidas das pessoas que estão em jogo.

Portanto, temos que olhar esse problema com muito carinho. Se preciso for, começarei outra cruzada para irmos a todos os hospitais e vermos se as coisas funcionam ou não, porque, da maneira que está, é impossível, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Brunelli.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, quero agradecer a Deus e, segundo, quero agradecer à população de Brasília, que vem a esta Casa.

Estamos muito alegres com as pessoas que estão na galeria, o nosso administrador, que vêm buscar aquilo que já têm de direito, aquilo que, há 10 anos naquela cidade, é reivindicado para os militares e para outras pessoas que também estão inscritas no cadastro da CODHAB.

Quero deixar aqui o nosso pensamento positivo e o nosso voto também, que será somado ao de outros Deputados, para que vocês recebam o justo momento, o justo voto, que decide por meio da escolha que vocês fazem, a escolha popular, que legitima cada representante que está aqui a fazer o que é mais justo para cada um de vocês.

Muito obrigado. Deus abençoe cada um de nós.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   11   2008	15h50	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero parabenizar a população de Brazlândia que aqui está. Eu quero, particularmente, parabenizar todos os moradores dos chamados becos de Brazlândia.

Acho inadmissível que tenhamos alguma dúvida acerca do caráter de legalidade desses moradores. Ninguém invadiu lotes! O lote foi concedido a partir de um programa do Governo do Distrito Federal chamado Morar Legal. E ele atendia, inclusive, a uma demanda da população de Brazlândia, que não queria mais aqueles espaços, que abrigavam toda sorte de infratores e toda sorte de resíduos e de lixo. A população de Brazlândia esteve de acordo, à época, que aqueles setores fossem ocupados por policiais e bombeiros militares. Portanto, não estamos regularizando invasões.

Dizem que a lei foi considerada inconstitucional. É certo. Entretanto, não foi a lei que estabeleceu aquele setor para habitação de bombeiros e policiais militares; foi um decreto do governador à época, Cristovam Buarque, que fez o programa Morar Legal e autorizou que aquela área fosse ocupada por policiais e bombeiros militares.

Portanto, não podemos comparar situações. O que temos de considerar é o direito constitucional dos moradores, das pessoas de terem a sua habitação sem sobressaltos. Todos e todas sabem que havia um cadastro das pessoas que tiveram direito ao seu lote e que essas pessoas utilizaram todos os seus recursos para construir a sua habitação. Todos sabem que há esse cadastro. Lembro bastante bem que, há alguns anos, ao começarmos a discussão em Brazlândia sobre o direito dos moradores do beco de terem a sua casa, estivemos na SEDUMA há uns 3 ou 4 anos e ali fomos surpreendidos com a informação de que havia sumido o cadastro de moradores. Foi muita luta de quem mora nos becos de Brazlândia. Muita luta, muita convicção e muita esperança de que, a partir do nosso próprio esforço, era possível ter o direito de morar, porque endereço é cidadania. Quem não tem endereço não tem cidadania completa. E não há por que não se regularizar o que já é uma habitação e, de fato, faz parte da vida da cidade de Brazlândia há mais de 10 anos.

Por isso, eu diria que todas as idas à SEDUMA, ao IDHAB e à CODHAB na perspectiva de regularizar e as audiências públicas que foram feitas foram esforços dos moradores respondidos por esta Casa Legislativa. Eu diria ainda mais: quando se construiu o grupo de trabalho, nós, em nosso mandato, reivindicamos que os moradores também fizessem parte desse grupo de trabalho, o que foi atendido pela Administração de Brazlândia. Por isso, digo que, agora, culmina um processo que envolveu muito esforço, muita luta, muita consciência dos direitos que têm os moradores dos ditos becos de Brazlândia. Além disso, envolveu muita perseverança, muita esperança e muita certeza de que quem luta atinge as vitórias inerentes à nossa Constituição e à consciência humana.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   11   2008	15h50	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Eu queria dizer que tive conhecimento dos becos de Brazlândia e do processo, da luta e da esperança desses moradores há mais de 4 anos, por meio do Gilvan e da Bia, pessoas que parableno pelo esforço Incessante na construção de uma solução.

Encerro as minhas palavras dando parabéns aos moradores, que vão para casa hoje carregando uma vitória na mão e dizendo: enfim, tenho um endereço, e a justiça foi feita pela Câmara Legislativa. Um grande abraço.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Imprensa presente, comunidade de Brazlândia, Administrador de Brazlândia, Nego Pirenópolis, bombeiros militares e seus familiares aqui presentes, quero deixar uma mensagem para todos vocês.

Graças ao Governador José Roberto Arruda, hoje está sendo possível regularizar a situação de vocês dentro daqueles becos. Graças ao esforço de todo o Governo, encabeçado pelo Governador Arruda, hoje está-se dando legitimidade para vocês, para que vocês fiquem tranqüilos, pois ninguém mexerá com vocês.

Estamos tendo um problema sério no Gama porque a comunidade não estava preparada para esse tipo de assentamento. A comunidade reage, às vezes, com razão. Houve alguns desencontros, alguns confrontos, mas eu reconheço que a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros precisam de moradia. Tenho certeza de que vocês nunca hostilizaram os moradores vizinhos nem irão hostilizar. Vocês têm o legítimo direito de ocupar, mas continuem tratando bem o vizinho do lado direito e o vizinho do lado esquerdo. Afinal de contas, vocês fazem parte de um todo de uma cidade e, por merecimento, hoje estão morando lá em Brazlândia.

Ajudem o Administrador, o Nego Pirenópolis, que é um lutador, um batalhador, um pioneiro daquela cidade. Sem a força dele, vocês não terão as conquistas dentro do Governo para a melhoria de Brazlândia.

Para finalizar, eu queria parabenizar a todos pela conquista do terceiro andar, pois é assim que a cidade cresce. Aliás, o povo escreve por onde quer passar. Mesmo tendo sido aprovado apenas 2 andares, lá em Brazlândia já há 3 andares. Tem que se nivelar pelo máximo e não pelo mínimo.

Então, está de parabéns o Governador Arruda. Está de parabéns vocês, da comunidade, que estão hoje ocupando os becos. Está de parabéns os comerciantes, que hoje estão conquistando essa vitória com a votação deste projeto. Parabéns a todos!

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 95, de 2008, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   11   2008	15h50	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



**REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO**

VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM / / 2008

- PARECER  ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)  
 CCJ  CEF  CAS  CDDH  CEDP  CAF  CDC  CES  CSEG  CDESCMAT  M.DIR.  COM.ESP.  
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 95/08  
 PROJETO DE LEI Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 RECURSO Nº (S) \_\_\_\_\_  
 REQUERIMENTO Nº (S) \_\_\_\_\_  
 OUTROS \_\_\_\_\_  
 VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): \_\_\_\_\_

Executivo

Relator: Deputado(a): \_\_\_\_\_

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT				X	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT	X				
	PEDRO DO OVO	PMN				X	
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL				X	
	RÉGUFFE	PDT		X			
	ROBERTO LUCENA	PMDB	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	<b>TOTAL</b>	---	20	1		3	

\*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA

CONSOLIDADO POR 1384

ASSINATURA Maria

MAT. 1384

ASSP/PLC Nº 95 108

FOLHA Nº 13



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   11   2008	15h50	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis e 1 voto contrário. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB, Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esses dois projetos cujo primeiro turno acabamos de votar são fundamentais para seus destinatários. O primeiro trata da criação dos Setores Pôr-do-Sol e Sol Nascente e os declara de utilidade social. O Deputado Brunelli, um grande lutador pelos dois setores, empenhou-se, assim como todos nós, para votar a matéria em primeiro turno. O segundo é relativo a nossos companheiros da segurança pública. Somos todos oriundos de lá. Agora, eles foram beneficiados e estão na expectativa de ver materializado o direito que acabamos de aprovar aqui.

Vou pedir encarecidamente a V.Exa., Sr. Presidente – e sei que estou fazendo isso em nome de todos os Deputados que aqui estão –, que votemos ainda hoje os projetos em segundo turno, numa sessão extraordinária, para que completemos nossa obra de hoje, que é a votação desses dois projetos de grande alcance social.

Muito obrigado.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT, Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a minha solicitação é exatamente igual à do Deputado Milton Barbosa: que vençamos a pauta prevista para esta sessão e, em seguida, se convoque uma sessão extraordinária para já votarmos a regularização tanto de Ceilândia quanto dos becos de Brazlândia, em segundo turno, para dar tranquilidade aos que aqui estão e para que a vitória deles, a conquista deles se consolide sem nenhuma sombra de dúvida.

Era apenas isso, Sr. Presidente.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM, Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que o item nº 17 não seja votado hoje. Estamos em negociação com alguns pastores e apresentaremos um requerimento – eu e o Deputado Bispo Renato – para solicitar audiência pública.

Eu gostaria também de solicitar a V.Exa. a Inclusão do Projeto de Lei nº 361, de 2007, na Ordem do Dia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   11   2008	15h50	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – A Presidência acata as solicitações de V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar, já que V.Exa. acatou a solicitação do Deputado Milton Barbosa e da Deputada Erika Kokay, para reafirmar nossa solidariedade e nosso apoio à luta dos trabalhadores da segurança pública desta cidade em defesa de uma moradia justa. Nós sabemos das dificuldades que esses trabalhadores enfrentam; então, nada mais justo do que criarmos mecanismos através de políticas públicas de habitação para atender a uma reivindicação histórica e antiga desses trabalhadores. É justa a votação desse projeto em segundo turno.

Quero parabenizar os Líderes, Deputados Leonardo Prudente e Cabo Patrício – que é da categoria e da bancada do PT – que têm feito a luta juntamente com os demais Parlamentares em prol de uma moradia justa para os profissionais da área de segurança. Dessa forma, eu gostaria de dizer que concordamos com essa votação em segundo turno, conforme solicitação da Deputada Erika Kokay e do Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apelo para que seja votado o projeto que, na pauta de hoje, consta do item nº 24. Este projeto tem entrado e saído da Ordem do Dia por diversas vezes. Trata-se da chácara nº 72, da QI 5 do Setor de Habitação Individual, onde está o Instituto Educacional Piedade, das irmãs do Lago Sul. Esse instituto vem desde a origem de Brasília. É um caso já estudado por todos os setores, sem contestação. O que está acontecendo com as irmãs é um esbulho, no sentido de que sequer uma parede pode ser removida; trata-se de uma invasão.

Este projeto de lei complementar está na Ordem do Dia desde o primeiro semestre, e não o votamos. Na semana passada, as irmãs voltaram a esta Casa. Então, como já estamos chegando a ele, meu pedido é que não passemos outro item à frente do item nº 24.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – A Presidência acata a solicitação de V.Exa. O próximo item a ser apreciado será o item nº 24.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>
	<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	
04   11   2008	15h50	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há acordo na linha encaminhada pela Deputada Erika Kokay para a votação do projeto de lei que trata dos becos, que consta do item nº 16, em segundo turno, desde que V.Exa., ao encerrar a sessão e convocar nova sessão, coloque na Ordem do Dia, como já acordado está, o item nº 24, conforme solicitado pela Deputada Eurides Brito; o item nº 20, o Item nº 21...

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado Leonardo Prudente, a sugestão desta Presidência é apreciarmos, na sessão extraordinária, toda a pauta desta sessão em segundo turno. E, dessa forma, escolheremos aquilo que for acordado, os projetos que deverão ser apreciados em segundo turno.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, está perfeito. Há a aquiescência desta Liderança. Obrigada.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra à Deputada Jaqueline RORIZ.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PSDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, primeiramente eu gostaria de me solidarizar com os bombeiros que estão presentes na galeria. Apóio a votação do projeto dessa categoria em segundo turno para que tenham seus direitos finalmente garantidos. Em segundo lugar, solicito a V.Exa. que o Projeto de Lei nº 672, que já tramitou nas comissões, seja apreciado antes do encerramento desta sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputada Jaqueline RORIZ, a apreciação desse projeto como item extrapauta já foi deferida. Então, V.Exa. gostaria que esta Presidência o colocasse como prioridade para ser apreciado nesta sessão?

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Exatamente, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. Eu já solicitei que a Assessoria busque o projeto.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – O Expediente lido vai à publicação. (Expediente publicado no DCL nº 203, de 10/11/2008, juntamente com a ata sucinta da 97ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa., no dia 27 de março de 2008, programa e publica no *Diário da Câmara Legislativa*, Ato, de sua lavra, nº 188, que "designa a Comissão Especial, composta dos membros



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   11   2008	15h50	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

abaixo relacionados, para a Sessão Legislativa de 2008 proceder ao exame de metas das propostas de emenda à Lei Orgânica”.

Uma ótima iniciativa, só que, Sr. Presidente, com a saída do Deputado Aylton Gomes, que levou V.Exa. a realizar esse Ato da Presidência, a Comissão não se reuniu, pois desde o dia 27 de março deste ano ficou sem o Presidente e o Vice-Presidente.

Então, eu gostaria que a Presidência desse um encaminhamento sobre qual seria o melhor procedimento, à luz do Regimento Interno, porque nós já sabemos, uma vez que V.Exa. já me orientou, que 90 dias antes do término da Sessão Legislativa não poderá haver, salvo se houver uma discussão em Plenário, a escolha do Presidente, tendo de ser feita a escolha pela pessoa da faixa etária mais alta que compõe a Comissão, que seria a Deputada Eurides Brito.

Sr. Presidente, eu gostaria que houvesse um encaminhamento, porque existem algumas proposições – hoje mesmo foram alvo de discussão na reunião da CCJ algumas propostas de emenda à Lei Orgânica – que precisam tramitar.

Quero deixar também um apelo, Sr. Presidente: a Comissão de Educação e Saúde não se reuniu nem uma vez neste ano! O Deputado Raad Massouh a está presidindo e eu tenho alguns projetos que estão ali. Algumas comissões permanentes da Casa não estão funcionando. Nós gostaríamos que os nossos nobres companheiros verificassem o porquê disso, porque as proposições não estão tramitando e uma das bandeiras que V.Exa. levantou para dar maior transparência ao Legislativo foi justamente que os projetos chegassem ao Plenário com a tramitação completa, e isso só será possível se as comissões estiverem funcionando.

Portanto, Sr. Presidente, peço a V.Exa. que traga uma solução para essa questão da Comissão Especial.

**PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO)** – Muito bem feita a sua questão de ordem. Vou passá-la à Assessoria de Plenário e à Procuradoria e, na próxima sessão, ou assim que chegar a resposta, vamos apresentar uma solução para sua questão de ordem; ou seja, vamos analisar melhor, porque a idéia é dar mais agilidade ao processo, e nesse ponto concordo com V.Exa.

Item nº 24:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 18, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “regulariza o uso da chácara nº 72 da QI 05 do Setor de Habitações Individuais Sul – SHIS, na Região Administrativa do Lago Sul – RA XVI, e dá outras providências”.

A matéria tem tramitação concluída.

Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa)

Esta Presidência informa que o referido projeto recebeu duas emendas.

**DEPUTADO CABO PATRÍCIO** – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   11   2008	15h50	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há duas emendas do PT. Há acordo com o Líder do Governo para que as duas emendas fossem acatadas.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Bom, se foram acatadas... Elas serão acatadas agora em primeiro turno.

Solicito ao Relator, Deputado Paulo Tadeu, que emita parecer às emendas pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Retificando, será emitido parecer pela Comissão de Assuntos Fundiários, e não pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Solicito ao Deputado Leonardo Prudente que emita o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários às Emendas de Plenário nºs 1 e 2, da bancada do Partido dos Trabalhadores, ao Projeto de Lei Complementar nº 18, de 2007, que "regulariza o uso da chácara nº 72 da QI 05 do Setor de Habitações Individuais Sul – SHIS, na Região Administrativa do Lago Sul – RA XVI, e dá outras providências".

O parecer da Comissão de Assuntos Fundiários é pelo acatamento das duas emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça às emendas apresentadas em plenário.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei Complementar nº 18, de 2007, já foi apreciado, cabendo a mim, agora, analisar as Emendas nºs 1 e 2, ambas do Partido dos Trabalhadores, apresentadas em plenário.

A primeira emenda diz o seguinte: "Fica regularizado o uso coletivo Institucional implantado na chácara nº 72 da QI 05 do Setor de Habitações Individuais Sul –



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   11   2008	15h50	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

SHIS, na Região Administrativa do Lago Sul, condicionado à realização do estudo de impacto da vizinhança”.

A Emenda nº 2 diz: “Os dispositivos normativos de uso e ocupação do solo aplicados em imóvel de que trata serão consubstanciados nas normas de edificação”.

Em primeiro lugar, eu queria, Sr. Presidente, agradecer a V.Exa. por ter aceitado nossa solicitação e não ter deixado passar o item nº 24 da pauta, permitindo que este assunto fosse apreciado hoje.

Eu preferia estar relatando, evidentemente, sem as duas emendas do setor, porque conheço todo o histórico da instituição e sei que não vai haver problema algum, vai haver só mais trabalho para a instituição.

Mas é um trabalho social de magnitude o que as irmãs desenvolvem ali há anos – vem da década de 60. É um referencial para a comunidade do Lago Sul.

Exatamente por isto ainda tem mais valia, porque muito Deputado não tinha nascido. Como aquilo nasceu bem, continua fazendo realmente bem o seu trabalho social, o que muitos não fazem, porque tiveram terrenos legalizados na década de 70 e fizeram depois uso para proveito próprio. Seria mais fácil, por exemplo, a congregação vender aquilo, ganhar muito dinheiro, ir embora, aplicar em outra coisa. Mas ali há um trabalho, que posso atestar é realmente dos melhores.

Eu sou pela aprovação das emendas aditivas, embora contrariada, mas não posso dizer não às emendas apresentadas pelo Partido dos Trabalhadores, porque sei que, no final, a população vai dizer aquilo que todos nós sabemos: é um serviço meritório, filantrópico, um serviço da melhor qualidade prestado ali à população do Distrito Federal.

Eu sou pelo acatamento e admissibilidade das emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero endossar e reforçar as palavras da Deputada Eurides Brito porque as irmãs estiveram aqui e conversaram com vários Parlamentares na quinta-feira para que votássemos o projeto naquele mesmo dia. Sabemos e reconhecemos o trabalho sério que a entidade executa. O que queremos fazer aqui nada mais é que justiça para as pessoas que receberam esse terreno na década de 60 e até hoje vêm prestando um relevante serviço social a toda a sociedade do Distrito Federal.

A Deputada Eurides Brito acaba de relatar o parecer com isenção, garantindo a essas pessoas que continuem prestando esse serviço à população do Distrito Federal.

Era isso, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   11   2008	15h50	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM / / 2008

- PARECER  ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)  
 CCJ  CEOF  CAS  CDDHCEDP  CAF  CDC  CES  CSEG  CDESCMAT  M.DIR.  COM.ESP.  
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 18/08 \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 RECURSO Nº (S) \_\_\_\_\_  
 REQUERIMENTO Nº (S) \_\_\_\_\_  
 OUTROS \_\_\_\_\_  
 VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): \_\_\_\_\_

Executivo

Relator: Deputado(a): \_\_\_\_\_

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	-			X	
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT	-			X	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	-			X	
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT	X				
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	-			X	
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROBERTO LUCENA	PMDB	X				
	RÓGERIO ULYSSES	PSB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	<b>TOTAL</b>	---	70			4	

\*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. *Evandro Brito*

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ÁSSP/ Nº /

FOLHA Nº

 <b>CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL</b> <b>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA</b> <b>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO</b> <b>SETOR DE TAQUIGRAFIA</b>			<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>		

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis. Houve 4 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, como já foi acertada uma sessão extraordinária, em respeito à instituição, pelo tempo que o projeto passou tramitando, eu pediria a V.Exa. que pudéssemos votá-lo em segundo turno hoje, na sessão extraordinária.

Eu queria a aquiescência do Líder, Deputado Leonardo Prudente, para que colocássemos na sessão extraordinária de hoje, em segundo turno, até em respeito ao tempo que ele passou na Casa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, concordo com a solicitação feita pela Deputada Eurides Brito.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria solicitar a V.Exa. que colocasse em votação, como item extrapauta, o Projeto de Lei nº 933, de 2008, já deferido, para podermos apreciá-lo imediatamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 933, de 2008, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Cemitérios, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas concessionárias e permissionárias de serviços de cemitérios e serviços funerários, respectivamente, fornecerem suas tabelas de preços, a partir do menor custo total para o sepultamento, e dá outras providências”.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 933, de 2008, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Cemitérios, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas concessionárias e permissionárias de serviços de cemitérios e serviços



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   11   2008	15h50	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

funerários, respectivamente, fornecerem suas tabelas de preços, a partir do menor custo total para o sepultamento, e dá outras providências”.

Sem dúvida alguma, o projeto tem um grande apelo social, corrige injustiças e protege o consumidor.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 933, de 2008.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esse é um projeto meritório, originado durante a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Cemitérios, que visa acabar com essa ganância criminosa das funerárias do Distrito Federal.

As funerárias simplesmente, no momento de maior dor de uma pessoa, quando ela perde um ente querido, chegam com uma faca e põem no peito para ela pagar uma fortuna para enterrar uma pessoa no Distrito Federal.

Esse é um projeto que exige que se coloque o preço mínimo, que se discrimine o preço mínimo dos demais para que, se a pessoa quiser, possa fazer a opção pelo menor preço e não tenha que pagar quatro, cinco mil reais para se enterrar uma pessoa em plena Capital da República. O preço para se enterrar uma pessoa no Distrito Federal é um preço abusivo e cabe ao Poder Público regular isso, sim!

Penso que esta Casa estará cumprindo um grande papel para a população do Distrito Federal ao aprovar esse projeto, discriminar o preço mínimo e, além disso, acabar com a venda casada. É preciso discriminar todos os preços que a pessoa está pagando. No momento de maior dor da pessoa, ela simplesmente não quer nem ver, ela simplesmente paga. É muito fácil enganar uma pessoa no momento de maior dor. É fácil, mas deveria ser, além de imoral, criminoso.

Então, acho que esse é um projeto de suma importância, é uma das contribuições da CPI. Quero parabenizar o Presidente, Deputado Rogério Ulysses, e dizer que é um projeto meritório para a população do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   11   2008	15h50	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro agradeço a V.Exa. por ter acatado a nossa solicitação.

Este é um projeto que traz mais um resultado prático do trabalho desempenhado pela Comissão Parlamentar de Inquérito dos Cemitérios. Eu tenho de reconhecer aqui e agradecer o importante papel do Deputado Reguffe na confecção dessa proposição; a parceria da Deputada Erika Kokay também na confecção dessa proposição; e a dos demais Parlamentares, Deputado Benício Tavares e Deputado Brunelli. Esta é uma proposta conjunta da CPI, e foi feita para resolver um problema prático e simples, mas que lesa o cidadão.

Quando o cidadão chega ao cemitério ou à funerária, está tão vulnerável que não consegue, muitas vezes, discernir os valores que estão naquela tabela. E, como a ganância é muito grande, faz-se um grande pacote de venda casada, elevando muito o preço dos serviços funerários. Com essa medida simples, o cidadão poderá escolher e dizer: “olha, eu quero o pacote mais barato para fazer um sepultamento digno e poder velar o corpo com dignidade”.

Então, eu quero agradecer aos membros da CPI e a esta Casa pela sensibilidade, e dizer aos Parlamentares que, com esta medida, estaremos preservando a dignidade de grande parte da população do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Rogério Ulysses, com essas palavras com que V.Exa. e o Deputado Reguffe estão coroadando a discussão, não se pode falar que a CPI acabou em “pizza”.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu acho este projeto extremamente meritório. Há outros projetos os quais creio que nós, antes do recesso, deveríamos apreciar, que foram frutos do trabalho da CPI. Obviamente, existe uma série de máfias no setor de funerárias e de cemitérios. Uma série de máfias, seja no verdadeiro monopólio, e existe um monopólio hoje dos preços, daqueles que administram os cemitérios, todos os do Distrito Federal. Não temos um único cemitério público, é a única unidade da Federação em que não há cemitério público; todos são privados.

E, infelizmente, o Governo do Distrito Federal não tem caminhado na perspectiva de dar cabimento ou de resolver os problemas pontuados, o que basicamente está a cargo do Executivo. Infelizmente, também, a CPI não pôde se aprofundar em tudo aquilo pontuado. Não fizemos uma única visita da CPI na qual não tivéssemos encontrado diversas irregularidades. Irregularidades essas que, infelizmente, por decisão, creio eu, do próprio Governo, que impôs isso aos Parlamentares – creio que foi este o processo que aconteceu e que não pode ser dito, mas que torno público –, a CPI foi ceifada, sepultada, eu diria, em ossário

		<b>CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL</b> <b>3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA</b> <b>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO</b> <b>SETOR DE TAQUIGRAFIA</b>		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>		
<b>04</b>	<b>11</b>	<b>2008</b>	<b>15h50</b>	<b>97ª SESSÃO ORDINÁRIA</b>	<b>27</b>

clandestino. Mas vimos tudo, tudo o que poderia ser visto do ponto de vista do desrespeito com a pessoa.

Foram feitas uma série de medidas pelo Governo; nenhuma delas saiu da casca, da jogada de *marketing*, da necessidade de se estabelecer respostas prontas, superficiais, performáticas, para responder à indignação que tomou conta desta cidade.

Portanto, Sr. Presidente, acho que o projeto de autoria do Deputado Rogério Ulysses, que é o projeto discutido pelos membros da CPI, deve ser apreciado e ter como resultado uma medida concreta, o que foi investigado durante a CPI. E quanto aos outros processos, sugiro que possamos também deliberar sobre eles antes do recesso. Mas, Sr. Presidente, não gostaríamos que a CPI tivesse o fim que teve sem uma série de investigações. Não chegamos a aprofundar a Investigação de reutilização de caixões, das máfias de servidores públicos aqui denunciadas. Não chegamos a discutir com profundidade a necessidade de o Estado retomar o processo. Denúncias de propinas envolvendo servidores públicos não foram apuradas com exatidão pela CPI.

Mas se esta Casa aprovar este projeto, minimizaremos a decepção que provocamos à sociedade, com o fim abrupto daquela Comissão Parlamentar de Inquérito.

Por fim, a pedido do Deputado Geraldo Naves, venho solicitar a V.Exa. que seja apreciado o item nº 11 da pauta da Ordem do Dia, que diz respeito a um projeto, em segundo turno, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que solicitou a sua apreciação.

Vamos, portanto, até dezembro, aprovar todos os projetos que estão na pauta.

**PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA)** – Acato a solicitação de V.Exa., Deputada Erika Kokay.

Continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei nº 933, de 2008.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em primeiro turno com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 672, de 2008, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, que "Institui o Dia do Escrivão de Polícia no âmbito do Distrito Federal".



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   11   2008	15h50	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, tenho visto pelos jornais, e apenas pelos jornais, a notícia de que já estão prontos os relatórios acerca da revisão do PDOT. Entretanto, Sr. Presidente, salvo engano, não temos conhecimento desses relatórios. Creio que são relatores a Deputada Eurides Brito e os Deputados Benício Tavares e Batista das Cooperativas.

Várias vezes, já li no jornal que os relatórios estão prontos. Mas onde estão os relatórios? Eu gostaria, portanto, Sr. Presidente, que os relatores que aqui estão pudessem nos esclarecer isso, e que nós, os Parlamentares que vão apreciar a matéria, pudessemos ter acesso a esses relatórios, para saber exatamente qual é o teor desses relatórios, para que tivéssemos condições de fazer uma discussão e deliberarmos sobre matéria tão importante para a nossa cidade, de forma aprofundada.

Portanto, faço essa solicitação, particularmente aos relatores parciais, relatores temáticos, quanto ao relatório do PDOT, para que S.Exas. nos esclareçam: os relatórios estão prontos? Estando prontos os relatórios, por que os Parlamentares ainda não receberam esses relatórios para apreciá-los? Salvo engano, segundo informações da própria Liderança do Partido dos Trabalhadores, estes relatórios não chegaram ainda às Lideranças, aos partidos e aos Parlamentares para que pudessemos apreciá-los.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Na hora oportuna, eu esclarecerei a V.Exa., Deputada Erika Kokay, esse assunto.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Deputada Erika Kokay, nem sempre o que lemos corresponde àquilo que se diz. V.Exa., com a vasta experiência que tem – aliás, talvez seja uma das pessoas mais procuradas pela imprensa para pronunciamentos –, sabe que nem sempre o que sai na imprensa condiz com a verdade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   11   2008	15h50	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Nos pronunciamentos que tenho dado, e que são poucos, porque eu procuro falar o mínimo possível sobre isso, eu tenho dito que está quase pronto. Na semana passada, eu disse que é como um livro – você abre uma página e vê que precisa fazer mais um texto. Mas, para que V.Exa. se situe muito bem na coisa, eu quero dizer que ontem à noite nós terminamos de trabalhar mais ou menos às 22h, os três relatores. Por quê? Porque havia algumas questões encaminhadas pelo Governo sobre as quais nós tínhamos ainda dúvidas quanto à legalidade jurídica, e ficamos numa reunião com o Corregedor para tirar essas dúvidas, à luz da legislação, da nossa Lei Orgânica, da legislação pertinente às matérias que nós suscitamos. Ficamos ontem trabalhando ainda até as 22h. Isso significa que toda vez que se tira uma dúvida ou que aquilo não foi resolvido, há o desdobramento de outra coisa.

Então, se V.Exa. pergunta: “Está quase pronto?”, eu respondo: “Está quase pronto”. Pronto estará na hora em que nós dermos entrada aqui. Mas estamos evitando chegar com alguma coisa que não tenha passado pelo crivo jurídico.

Eu acho que, da minha parte, da parte do Deputado Benício Tavares e da parte do Deputado Batista das Cooperativas, isso é bom, porque toda a imprensa está aqui presente. Eu, Relatora, Deputada Eurides Brito, e o Deputado Benício Tavares – não sei dizer sobre o Deputado Batista das Cooperativas, porque não o estou vendo aqui – nunca dissemos que o relatório estava pronto. Dissemos que o relatório está na parte da finalização. E é uma finalização complexa porque o assunto é complexo. Se alguém disser o contrário daquilo que declarei, não é a verdade, até porque ninguém tem mais pressa do que nós, até por um problema ético que também nos aflige e é nossa norma de conduta. Os relatórios precisam chegar para que os Deputados possam apreciá-los.

Agora, ninguém terá cópia que esteja fora de um mandato parlamentar antes dos Parlamentares.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A resposta eu acho que foi dada, não é Deputada?

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Quero apenas dizer, Sr. Presidente, que tenho uma preocupação e gostaria de externá-la para que ela não acabe sendo uma preocupação infundada.

Eu reconheço que nem sempre o que sai na imprensa, reconheço isso, é verdadeiro, mas não tinha visto nenhuma explicação dos relatores acerca disso, e há algum tempo tem saído essa matéria, essa notícia nos jornais.

Qual é a minha preocupação? Estamos a praticamente 40 dias do término desta sessão legislativa, por volta de 40 dias. O PDOT, por ser uma matéria extremamente complexa – tem razão a Deputada Eurides Brito –, exige que tenhamos o tempo necessário para apreciá-lo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   11   2008	15h50	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

Tenho muita preocupação de o Governo impor, como já impôs tantas vezes, que façamos uma apreciação açodada, uma apreciação que não corresponde ao que deseja a população do Distrito Federal, e a nossa terra, o nosso chão, que é este Distrito Federal, venha a sofrer com isso.

Por isso, Sr. Presidente, eu diria que – como já vi Deputados dizerem que estão votando constrangidos, outros dizerem que estão votando com mal-estar, mas que estão votando a favor de determinada matéria, como vimos por exemplo na isenção do IPVA e do ICMS, ICMS esse ilegal para empresas de transportes – tenho medo de que seja imposta por um Governador que me parece não respeita devidamente esta Casa a apreciação açodada de uma matéria que diz respeito ao nosso presente e também ao nosso futuro.

E falo isso, Sr. Presidente, porque acho um desrespeito, um desrespeito com esta Casa, o fato de se ter votado aqui a isenção do ICMS e do IPVA para empresas de transportes e para microônibus, com o argumento de alguns de que seria para evitar o aumento de transporte, do preço do valor da passagem. E, em seguida, logo em seguida, o Secretário de Transporte dizer para a imprensa que vai aumentar, sim, a passagem, não obstante a redução do custo de um componente fundamental para a composição do preço da tarifa. Os cofres públicos perderão 20 milhões com essa isenção para as empresas de transporte e 2 milhões de um outro imposto. Apesar disso, o Secretário de Transportes diz que teremos, ainda, um aumento para o próximo mês do preço da tarifa dos microônibus e dos ônibus.

Então, eu solicitaria, particularmente aos Parlamentares que votaram, talvez crédulos de que isso representaria um não-aumento do preço da passagem, que fizessem gestão — faremos isso também —, para que não se aumente o preço do transporte. Demos um grande presente de Natal para os empresários, mas os usuários de transporte público, verdadeiros “passageiros da agonia” nesta cidade, não receberão o mesmo presente neste final de ano.

**PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 20:**

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.027, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 10.152.000,00 (dez milhões e cento e cinquenta e dois mil reais)”.

A matéria não tem parecer e recebeu duas emendas.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Cristiano Araújo, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

**DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente,** designo o Deputado Berinaldo Pontes.

**PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Relator,** Deputado Berinaldo Pontes, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre o projeto e as emendas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   11   2008	15h50	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.027, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 10.152.000,00 (dez milhões e cento e cinquenta e dois mil reais)”.

O projeto recebeu duas emendas aditivas de primeiro turno.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, não há nenhum óbice às duas emendas. Somos pela admissibilidade da matéria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados. Houve 6 ausências.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 21:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.031, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 20.875.000,00 (vinte milhões e oitocentos e setenta e cinco mil reais)”.

A matéria recebeu uma emenda.

A Presidência designa o Deputado Berinaldo Pontes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Berinaldo Pontes, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.031, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04   11   2008	15h50	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

Federal no valor de R\$ 20.875.000,00 (vinte milhões e oitocentos e setenta e cinco mil reais)".

Trata-se de crédito suplementar para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento.

O referido projeto recebeu duas emendas: Emenda Aditiva nº 1 e Emenda Aditiva nº 2.

Não havendo óbice, somos pela admissibilidade da matéria e por sua aprovação no âmbito desta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados. Houve 8 ausências.

A matéria segue a tramitação regimental.

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta para apreciação, em segundo turno, de projetos de interesse da população de Brazlândia e do Pôr-do-Sol, bem como as matérias aprecladas nesta sessão ordinária, tanto as constantes da Ordem do Dia quanto os itens extrapauta, se assim concordarem os Parlamentares.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h35min.)